



Recebido em  
29-04-2015

Aprovado em  
04-10-2016

#### Como citar este artigo

Silva NAR, Santos RM,  
Macedo AC, Costa  
LMC. [Circunstâncias  
de instalação do  
Conselho Regional  
de Enfermagem de  
Alagoas (1973-1978)]  
Hist enferm Rev  
eletronica [Internet].  
2016;7(1):357-68.

## Circunstâncias de instalação do conselho regional de enfermagem de Alagoas (1973-1978)

*Circumstances of installation of the regional council of nursing Alagoas (1973 – 1978)*

*Circunstancias de instalación Del consejo regional de Alagoas enfermeira (1973-1978)*

**Nayara Alexandra Rodrigues da Silva<sup>I</sup>, Regina Maria dos Santos<sup>II</sup>, Amanda Cavalcante de Macedo<sup>III</sup>, Laís de Miranda de Crispim Costa<sup>IV</sup>**

<sup>I</sup> Discente, Curso de graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem e Farmácia (EENFAR), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre (GEDIM). Maceió, Alagoas. E-mail: nayrodrigues12@gmail.com

<sup>II</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. EENFAR/UFAL, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PGENFMestrado). Líder do GEDIM. Diretora do Centro de Pesquisa em Enfermagem da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Alagoas (ABEn AL). Maceió, Alagoas. E-mail: relpesantos@gmail.com

<sup>III</sup> Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFAL. Centro Universitário Cesmac. GEDIM. Diretora de Comunicação Social e Publicações da ABEn AL. Maceió, Alagoas. E-mail: amandacmacedo@hotmail.com

<sup>IV</sup> Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. EENFAR. GEDIM. Tesoureira da ABEn AL. Maceió, Alagoas. E-mail: laismcc@gmail.com

### RESUMO

É uma pesquisa histórico-social que tem como objeto as Circunstâncias de instalação do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas e as ações da primeira diretoria eleita para o período de 1976 a 1978. Seus objetivos foram analisar as circunstâncias que culminaram na sua instalação em 1975/6 e descrever o desenvolvimento da gestão da primeira diretoria, eleita para o período de 1976 a 1978. As fontes foram documentos arquivados no Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas e depoimentos de personalidades envolvidas, colhidos através de entrevistas após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFAL sob o n.º 1.026.819/2015. A análise das informações ancorouse na Sociologia das Profissões de Eliot Freidson. A instalação do conselho se deu um contexto em que a prioridade de investimento estatal concentraram-se no setor econômico, deixando problemas sociais e de saúde em segundo plano, demandando o despertar entre as profissionais a necessidade de se organizarem e normatizarem suas práticas. Em Alagoas, as poucas enfermeiras atuantes se

mobilizaram pela consolidação e organização da profissão no estado pelo viés da estruturação e instalação da sua própria autarquia.

**Descritores:** Enfermagem, Organizações de Controle da Profissão; Regulação e Fiscalização em Saúde.

### ABSTRACT

It is a social-historical research that has as object the circumstances of installation of Alagoas Regional Nursing Council and the actions of the first board elected to the period from 1976 to 1978. Its objectives were to analyze the circumstances which led to the installation of the Alagoas Regional Nursing Council in 1975/6 and describe the development of management by the first board, elected for the period from 1976 to 1978. The sources were documents filed in Alagoas Regional Nursing Council and testimonials of the people involved, collected through interviews after approval by the Ethics Committee of UFAL under No. 1026819/2015. The analysis of the information was anchored in the Sociology of Professions by Eliot Freidson. The installation of Alagoas Regional Nursing Council was given a context in which state investment priority focused on the economic sector, leaving and social and health problems in the background, requiring the awakening among the professionals need to organize their practices. In Alagoas, the few nurses working mobilized by the consolidation and organization of the profession in the state by the structure and installation of their own authority.

**Descriptors:** Nursing, Job Control Organizations; Regulation and Supervision in Health.

### RESUMEN

Investigación histórico-social com objeto las circunstancias de la instalación del Consejo Regional de Enfermería en Alagoas y las acciones de la primera junta elegida. Sus objetivos fueron analizar las circunstancias que llevaron a su instalación y describir el desarrollo de la gestión por el primer tablero, elegido para el período entre 1976 a 1978. Las fuentes fueron los documentos presentados en el Consejo Regional de Enfermería en Alagoas y testimonios implicados, recogidos a través de entrevistas después de la aprobación del Comité de Ética de UFAL con número 1026819/2015. El análisis de la información se ancló en el sociología de las profesiones Eliot Freidson. La instalación se le dio un contexto en el que la prioridad de inversión estatal centrada en el sector económico, dejando a los problemas sociales y de salud y en el fondo, lo que requiere el despertar entre los profesionales de la necesidad de organizar y normatizarem sus prácticas. En Alagoas, las pocas enfermeras que trabajan movilizados por la consolidación y organización de la profesión en el estado por el sesgo de la estructura y la instalación de su propia autoridad.

**Descriptores:** Enfermería, organizaciones de control de empleo; La regulación y supervisión de la Salud.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto as circunstâncias de instalação do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas – COREn/AL e as ações da sua primeira diretoria eleita, compreendendo o recorte temporal dos anos de 1973 a 1978. Após levantamento de materiais produzidos acerca do desenvolvimento da enfermagem no estado de Alagoas, percebeu-se a necessidade da realização de estudos sobre o processo de organização da Enfermagem no estado, pois a escassez de trabalhos desenvolvidos sobre esta temática contrasta com a importância da mesma tanto para o desenvolvimento da profissão, como para a construção/preservação da identidade profissional e, por extensão, institucional<sup>(1)</sup>.

Além da necessidade da produção de conhecimento sobre a História da Enfermagem Brasileira, o estudo da criação da sede em Alagoas da sua associação, possibilitou à pesquisadora, o despertar de inquietações e questionamentos acerca da história da profissão escolhida. Tal sentimento é percebido similarmente ao que foi proposto de acordo com a sinalização que ao considerar a trajetória da enfermagem, não é possível compreender seu contexto profissional sem conhecer sua história, bem como não há como compreender a natureza quantitativa e qualitativa do trabalho que as enfermeiras desenvolvem<sup>(2)</sup>.

Como elementos importantes das organizações das profissões, encontram-se os conselhos profissionais ou conselhos de fiscalização profissional, órgãos criados por lei na qualidade de autarquia federal, a

partir de 1930, de maneira descentralizada, com a função de executar de maneira típica, a Administração Pública Federal, garantindo assim a fiscalização do exercício das respectivas profissões regulamentadas<sup>(3)</sup>.

Com o dever de imprimir em Alagoas as normas e diretrizes necessárias para a execução das atividades do Sistema COFEN/Conselhos Regionais, em 1975 é instalado o Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas, tendo a Junta Provisória de Instalação sido indicada e empossada ainda no mesmo ano e tendo desempenhado naquele momento papel fundamental para o desenvolvimento da profissão no estado. A expressão “instalado” reproduz o texto da Lei nº5.905/1973, a qual, ao criar o COFEN, estabelece no Inciso II do Artigo 8º como sua prerrogativa instalar os Conselhos Regionais porquanto a criação é fato de Lei<sup>(6)</sup>. Assim, tem-se como questão norteadora para esse estudo<sup>(4)</sup>:

Quais as circunstâncias de instalação e funcionamento do COREN/AL em 1975/1978? Para responder a estas questões, o estudo tem como **objetivos**: Descrever as circunstâncias que culminaram na instalação do COREN - AL em 1975/6 e Analisar o desenvolvimento da gestão pela primeira diretoria eleita para o período de 1976 a 1978.

## MÉTODO

A pesquisa foi do tipo histórico-social, onde se encontram os estudos dos grupos humanos em seu espaço social e temporal ao mesmo tempo em que se discute os diferentes aspectos do cotidiano dos distintos grupos e classes sociais<sup>(2)</sup>. Considera-se ainda, que neste tipo de estudo o objeto não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio ser humano, considerado no seio dos grupos de que é membro. Em suma, é uma história do homem e de seu grupo social, a sociedade em movimento<sup>(5)</sup>. A escolha de tal argumentação metodológica justificou-se pela proposta desta pesquisa, tendo em vista que sua execução aproximou a pesquisadora de eventos marcados pela ação de sujeitos em conjunto na sociedade que culminaram na consolidação de um importante instrumento de organização da Enfermagem brasileira, em especial, a alagoana.

O desenvolvimento do estudo ocorreu na Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e a coleta de dados na sede do COREN-AL. O recorte temporal abrangeu os anos de 1973 a 1978, destacando o marco inicial pelo ano de sanção da Lei n.º 5.905, de 20 de julho de 1973, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, sendo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Júlio Barata. Esta Lei criou e regulamentou o COFEN e estabeleceu a competência para instalar os COREN nos estados (Portaria n.º 3.059 de 05/03/1975)<sup>(7)</sup>. O marco final é o encerramento da gestão da primeira diretoria em 1978 no estado de Alagoas.

As fontes organizadas entre os o primeiro deles reuniu os documentos escritos encontrados na sede do COREN/AL alusivos ao evento em estudo, que nesse caso foram as atas de posse, prontuários de inscrições, registros profissionais e carteiras profissionais que foram, compuseram os documentos oficiais. A segunda parte reuniu os depoimentos concedidos pelas profissionais que participaram do evento social estudado COREN/AL – foram levantadas três entrevistas que foram transcritas e validadas por elas, acompanhados de autorização de uso. Outras fontes foram todo e qualquer documento válido, de fonte confiável e disponível que tratou da História das Autarquias profissionais no Brasil e da conjuntura histórica do país no momento de ocorrência do evento.

Em relação aos participantes entrevistados, foram incluídos os profissionais, em especial os de Enfermagem, cujo nome constou em algum documento encontrado no COREN-AL, ou que foi citado por algum depoente, que aceitou revelar suas memórias sobre fatos que puderam ser ou não agradáveis de recordar sobre o processo de instalação do COREN-AL. Foram excluídos aqueles que não estiveram em condições físicas de conceder entrevista ou que seus endereços não estavam acessíveis.

As entrevistas foram realizadas após a emissão do parecer do Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas – UFAL de número 1.026.819/201, ao qual foi encaminhado o projeto de pesquisa. O contato entre entrevistado e pesquisadora foi feito previamente, por meio de ligações telefônicas, onde foi definido o local e horário de preferência do entrevistado. No momento do encontro, para entrar no campo, a pesquisadora explicou ao participante sobre o que se tratava a pesquisa, sobre a divulgação das informações fornecidas e sua privacidade. Apenas após isso foi solicitada ao mesmo a assinatura de duas vias de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, ficando uma consigo e outra com o pesquisador.

A entrevista foi organizada de acordo com os pressupostos da História Oral Temática, pois este método de coleta de informações, além de “dar voz” a grupos excluídos do contexto oficial, tem como objetivo primordial a construção de fontes primárias e a disponibilização dessas fontes a outros pesquisadores<sup>(7)</sup> e partindo de um assunto específico e preestabelecido, compromete-se com o esclarecimento ou opinião do sujeito da pesquisa sobre algum evento definido, permitindo uma especificidade das respostas dos participantes, podendo o pesquisador conduzir a entrevista conforme as particularidades de seu objeto de estudo e dos objetivos definidos.<sup>(8)</sup> Foi criado um roteiro semiestruturado que contemplou dados de identificação do sujeito entrevistado, tais como: nome ou codinome, conforme o desejo do depoente, local e ano de formação, atuação profissional na época e seu lugar social nos dias atuais.

Em seguida, foi solicitada a descrição da sua participação no acontecimento em estudo, onde a pesquisadora entrevistou, quando achou necessária a aquisição de informações complementares, como: nomes de outros sujeitos envolvidos, locais, datas e demais circunstâncias inerentes, bem como indagou pela existência de fotografias ou outros documentos em suas mãos. A entrevista foi registrada em forma de áudio através de gravador de voz, havendo a posterior transcrição dos mesmos, e armazenamento no arquivo do Grupo de Estudos Dona Isabel Macintyre - GEDIM, ao qual a pesquisadora e orientadora estão vinculadas, onde poderão ser acessados em estudos posteriores, de acordo com a assinatura dos termos de concessão pelos depoentes.

Os dados obtidos foram analisados respeitando o método da pesquisa histórica<sup>(6,10,11)</sup> sendo organizadas as informações, neste caso, de modo a identificar primeiramente, a significância das autarquias profissionais na sociedade brasileira, buscando de forma mais específica a visualização do processo de implantação dos Conselhos profissionais de saúde, da instalação do COREN-AL e dos feitos de sua primeira diretoria.

O estudo encontrou limitações pelo fato que alguns depoentes não se encontravam mais no estado, outros se recusaram a prestar seu depoimento e em relação às fontes documentais, não foram localizadas atas as primeiras reuniões do conselho, memorando, avisos e notas da década de 1970, pois foram destruídos de forma proposital durante umas de suas gestões. Essa informação foi concedida pela funcionária responsável pela organização e acervo do COREN/AL há mais de 15 anos.

A análise dos resultados da pesquisa, deu-se de forma complexa, pois devido a escassez de fontes documentais pré-existentes, as informações mais relevantes sobre o objeto levantado se deram a partir da análise das entrevistas e cruzamento das informações que os depoentes passaram. Como embasamento teórico foi utilizado o pensamento de Eliot Lazurus Freidson, em particular os conceitos por ele difundidos em forma da “Sociologia das profissões”, pois, aplica-se aos objetivos propostos na pesquisa, considerando que se tratou de um estudo sobre as instituições profissionais e este autor se destaca nas discussões referentes às profissões, com referência explícita à Enfermagem.

Dentre os conceitos desenvolvidos pelo sociólogo, essa pesquisa adotou para a análise de dados, mais profundamente, os seguintes: o conceito de profissão e de profissionalização. Sobre profissão, ele a define como sendo uma ocupação que controla seu próprio trabalho, organizada por um conjunto especial de instituições, sustentadas em parte por uma ideologia particular de experiência e utilidade<sup>(9)</sup>. Já sobre profissionalização, ele a traz como um processo pelo qual uma ocupação organizada, obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de terminar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado. Constitui uma base para organizar empregos e trabalho numa divisão do trabalho inteiramente diferente do princípio administrativo<sup>(10)</sup>

## REVISÃO DE LITERATURA

### 1. O BRASIL NA DÉCADA DE 1970 E A REGULAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE

#### 1.2 Movimentação político-econômica e a regulação profissional no início da década de 1970

A regulamentação das profissões de saúde aconteceu a partir da necessidade vista pelo Estado de controlar e intervir, quando lhe coubesse, na execução dos serviços prestados por grupos de profissões, conformando uma das prerrogativas que classificam as profissões como tal de eventuais riscos

que pudessem ser causados por profissionais inabilitados<sup>(9)</sup>. Para isso, foi considerado pertinente que tal incumbência não demandaria de uma intervenção estatal direta, podendo ser delegada a outras pessoas jurídicas, que logicamente, deveriam responder a legislação vigente e ao código de ética de suas profissões<sup>(3)</sup>.

Uma segunda instância para a concessão da autonomia pressupõe a inter-relação entre os poderes político e econômico e as representações profissionais. A fundação da autonomia profissional é claramente um processo político e social de concessão legal, não algo que as profissões podem obter por si próprias, e, sendo conferida à profissão pela sociedade, leva, por sua vez, à auto regulação, além de que envolve o Estado no estabelecimento e manutenção da proeminência profissional.<sup>(11)</sup>

Quando apresenta sua Teoria das Profissões, Freidson discute sobre a desconstrução, em meados da década de 1970, da imagem da profissão da medicina, especialmente, e como ela dominava a política da divisão do trabalho nos sistemas de saúde, as instituições onde seus membros trabalhavam e os pacientes ou consumidores dos seus serviços, e como ela “medicalizou” (grifo do autor) os problemas sociais e pessoais e em contrapartida analisa também a influência das teorias Marxistas difundidas no mesmo período que feriam esse poder emanado pelas profissões e que forçava as empresas e o Estado a se debruçarem sobre essas relações dos profissionais, empregadores e clientes<sup>(12)</sup>.

O aprofundamento dessas relações justificou o surgimento dos órgãos de fiscalização do exercício profissional, que derivam de alterações sofridas no modelo econômico do início do século XIX, o liberalismo econômico, que até então era a principal teoria política vigente, teoria essa que justificava uma ínfima intervenção estatal. Esse modelo partia do princípio em que o Estado não tinha autoridade para interferir no setor econômico e na sociedade, e que em qualquer relação, ainda naquelas entre patrões e trabalhadores, proprietários e arrendatários, sua participação deveria ser a mais discreta possível.<sup>(3)</sup>

Não obstante a descentralização do poder do Estado em direção às próprias categorias profissionais ter sido iniciada na década de 1930, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, esse processo prolongou-se por muito tempo, com a criação de mais um Conselho profissional na década de 1940, quatro em 1950, sete na década de 1960 e, na década de 1970, recorte desse estudo, destaca-se a criação dos Conselhos profissionais de Biologia, Medicina Veterinária, e o de Enfermagem<sup>(13)</sup>.

A Enfermagem é tratada nos Estudos de Freidson, no modelo norte americano, como uma *ocupação combativa* (grifo do pesquisador), tem suas próprias escolas, exerce controle sobre variadas instâncias de credenciamento, tem seus próprios serviços, mas mostrando ainda uma superficial autonomia<sup>(12)</sup>.

Por outro lado, no que diz respeito às profissões da área da saúde, a regulação e fiscalização do exercício profissional sempre foi uma necessidade e ao mesmo tempo, a transferência deste poder estatal para as categorias representou um acréscimo de poder, na forma delegada aos próprios profissionais que muito agradou às lideranças, mas, na contramão, exigiu enorme esforço de controle e proteção da incolumidade pública, à qual essas lideranças tiveram que se adaptar. Essa primazia do poder imposta pela figura do governante militar aos cidadãos isoladamente ou inseridos no seu meio profissional se justifica como uma característica intrínseca desse tipo de governo, onde o controle sob um país se dá a partir dos chamados golpes de Estado<sup>(14)</sup>.

## 1.2 O contexto da saúde e a necessidade de Regulação do exercício Profissional Na Enfermagem

O evento em estudo se desenvolveu cerca de dez anos após o chamado golpe de 1964, período em que vigorava o Ato Institucional nº 5 encontrava-se em vigência, o que centralizava ainda mais o poder nas mãos do então presidente Emilio Garrastazu Médici, e que caracterizou essa década como uma das mais violentas e opressoras do governo militar. Economicamente, o país encontrava-se em meio ao “Milagre econômico”, onde fomentado por investimentos financeiros internacionais, a economia brasileira destacava-se pelo desenvolvimento industrial e recessão da inflação aliada em contrapartida, ao aumento expressivo na dívida externa<sup>(15)</sup>.

É considerado como outro aspecto negativo do “milagre”, que se estendeu mesmo após o seu término em 79, trazendo reflexos até os dias atuais, a desproporção entre o avanço econômico e o

retardamento, ou mesmo abandono dos programas sociais pelo Estado. O país apresentava-se de um lado com notabilidade mundial em termos industriais e, de outro, com indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que são aspectos fundamentais para mensuração de qualidade de vida de um povo <sup>(15)</sup>.

Em Alagoas, a situação da saúde e das demais políticas sociais era semelhante ao cenário nacional. Sobre esse período, sabe-se que a maioria da população vivia momentos não muito diferentes dos vivenciados pelas camadas mais pobres nos diversos pontos do país e que apesar das tentativas do governo vigente, a situação da saúde alagoana não estava tão boa, visto que na década de 70 prevalecia taxas elevadas de doenças preveníveis por vacina, caso este do sarampo, vilão maior e causador da alta taxa de mortalidade infantil no Estado <sup>(16)</sup>.

Em relação à Enfermagem, especificamente, Alagoas ainda desenvolvia uma prática incipiente, com escassez de profissionais de nível superior atuando no estado. E apesar de recentes reformulações nas diretrizes educacionais nacionais, permanecia no começo da década de 70, com a ausência de um curso de ensino superior e pouca valorização das autoridades com questões inerentes à saúde, pois assim como no restante do país, as ações governamentais voltavam-se cada vez mais para avanços na indústria e comércio <sup>(17)</sup>.

### 1.3. A criação do Conselho Federal de Enfermagem

O necessidade da criação de um Conselho com caráter normativo e fiscalizador do exercício da profissão já era motivo de lutas da Associação Brasileira que se empenhava no trabalho de difundir a necessidade do mesmo para a enfermagem <sup>(18)</sup>. O órgão era objeto de desejo e luta dos enfermeiros desde 1945, quando a presidente da ABEn, Zaira Cintra Vidal (Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas - ABED à época) ofereceu ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei para a sua criação que se transformou no Decreto-Lei nº 8.778/1946, primeira tentativa de regulação do trabalho da Enfermagem <sup>(19,20)</sup>.

Esse movimento deu-se através das ações das diretorias da ABEn, ganhou mais força após 1958, ano da aprovação do Código de ética da profissão, o que deu mais subsídios para a criação de um Conselho que tivesse como umas das atribuições, fiscalizar o exercício da profissão de acordo com o documento criado. Esse processo perdurou quase três décadas e após passar pela construção de sete anteprojetos. <sup>(21)</sup>

Mediante o falecimento do então Presidente da República, Artur da Costa e Silva, em 1969, ocorreram mudanças no cenário político e assume Júlio Barata no Ministério do Trabalho e Previdência Social, iniciando de certa forma, outro processo de encaminhamento do anteprojeto de criação do conselho de Enfermagem. Em janeiro de 1970 a ABEn encaminhou a solicitação ao novo Ministro, para a continuidade do processo. Mesmo diante de tantas controvérsias e mudanças em determinados artigos do anteprojeto, que eram contrários aos anseios da ABEn o Projeto chegou a sua redação final sob o nº 1.126-D/1973 <sup>(18)</sup>.

Somente após vinte e oito anos de lutas e buscas de organização em torno de uma Entidade de classe para a regulamentação da Enfermagem é que a ABEn conquistou a criação do Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973 <sup>(22)</sup>. Em 1975 por meio da Portaria nº 3.059, de 5 de março de 1975, assinada pelo então Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto foi constituído o Conselho Federal de Enfermagem, e o primeiro grupo de membros constituintes deveria num prazo de um ano instalar o Conselho Federal e os Regionais de Enfermagem <sup>(20)</sup>.

Um desses conselhos regionais criados foi o alagoano, que foi instalado em 14 de agosto de 1975, com a posse dos membros da Junta Especial do Conselho Federal de Enfermagem em Alagoas (JE-COFEN-AL), composta- segundo a Portaria COFEN-1-AL, de 04 de agosto de 1975, pelas enfermeiras Alaíde Romeiro Pereira, como coordenadora e Verônica Belmiro Donato (Assessora Administrativa) e pela auxiliar de Enfermagem Zuleica Barbosa Santos, como Assessora Econômico-Financeira <sup>(23)</sup>. A partir disso, é pertinente o olhar sobre como o estado estava sendo afetado pelas mudanças no âmbito político e econômico na década de 1970 e como a enfermagem, ainda que incipiente no estado, se configurava nesse momento.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 2. CIRCUNSTÂNCIAS DE INSTALAÇÃO DO COREN-AL

#### 2.1 O contexto alagoano e o exercício da Enfermagem no estado

No auge da ditadura, com o país vivendo a fase mais dura do regime militar, na transição dos governos de Afrânio Lages para o de Divaldo Suruagy no estado e a presidência do General Emílio Garrastazu Médici para O general Ernesto Geisel, encontrando-se ainda em meio ao contexto do conhecido “milagre econômico”, o planejamento estadual começava a ser organizado com uma maior integração, e de certa forma, em maior estado de subordinação às diretrizes nacionais, pois, cabia aos estados a adaptação de suas realidades e pretensões aos grandes objetivos nacionais. O governo federal que, por um lado pregava o desenvolvimento nacional, por outro, concentrava recursos no centro-sul, negligenciando estados do nordeste mais distantes do surto desenvolvimentista, principalmente os menores como foi o caso de Alagoas<sup>(24)</sup>.

Em relação à Enfermagem, é interessante voltar um pouco atrás e lembrar que até 1973 a enfermagem alagoana era representada basicamente, pelas auxiliares de enfermagem formadas pela Escola de auxiliares de enfermagem do estado, cujo corpo docente, era composto por boa parte das enfermeiras que criaram a ABEN/AL e que na conjuntura em estudo se destacaram pela organização em torno da criação do curso superior e pela posterior implantação do COREN/AL<sup>(25)</sup>.

Nesse mesmo período, logo no início da década de 1970, destaca-se também a chegada em nosso litoral do Navio Hope, oriundo da iniciativa norte americana que criou o Projeto HOPE, do inglês *Health Opportunity for People Everywhere -HOPE*, que trouxe a bordo diversos profissionais da saúde e enfermeiras que influenciaram no desenvolvimento da prática da enfermagem e ajudaram a construir a reconfigurar o cenário da profissão no estado e configurar a identidade profissional das enfermeiras que seriam formadas no decorrer dessa década, pelo recém criado curso de graduação<sup>(16)</sup>.

Já o período pós 1975 , onde ocorreu a implantação da junta provisória e posteriormente da primeira gestão do COREn, destaca-se o crescimento econômico assegurado pelo bem estruturado plano de ação do então governador Divaldo Suruagy, que teve a seu favor alguns fatos que ajudaram ao estado entrar na fase do crescimento econômico. Um deles foi encontrar o estado com suas contas saneadas, fruto da administração anterior do governador Afrânio Lages. Outro fato relevante foi a infraestrutura econômica ter recebido um grande volume de investimentos dos governos anteriores, o que fez com que o Estado tivesse a maioria de suas estradas abertas e pavimentadas e uma rede de energia elétrica bem distribuída<sup>(17)</sup>.

A grande ênfase à questão econômica fez com que fosse destinado à dimensão social apenas 21,77% dos investimentos, muito pouco para os grandes problemas sociais que estavam emergindo no Estado, apesar do crescimento econômica<sup>(17)</sup>. Nesse contexto adverso em relação às políticas sociais, formavam-se as primeiras turmas do curso superior de Enfermagem do estado, que já a partir de 1977, já iriam ter seus registros realizados no próprio conselho Alagoano.

#### 2.2 A implantação e os primeiros passos do Conselho Alagoano

A organização nacional da profissão se iniciou com a criação da associação representativa da mesma, a ABEN, que posteriormente expandiu-se pelo território nacional criando sedes nas capitais de cada estado. Para se firmar em Alagoas a mesma enfrentou um contexto adverso onde não existia ainda, formação superior de enfermagem (década de 1960). Naquele momento a profissão no estado era representada por um escasso número de enfermeiras oriundas de outros estados, ou alagoanas formadas também nos estados vizinhos e pela Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas, que tinha como corpo docente boa parte das professoras que encaparam a luta pela criação da associação<sup>(26)</sup>.

Anos mais tarde (década de 1970) após o surgimento do curso de Enfermagem na UFAL, que concentrou um número expressivo de profissionais de nível superior no estado, por meio do aparato legal do país e em resposta há anos de negociações e deliberações da ABEN, a enfermagem passou a ter o órgão que teria a autonomia de normatizar e fiscalizar o exercício da profissão. A interligação

desses eventos é evidenciada nas falas da Enfermeira e professora aposentada Lenir Nunes que estava à frente das primeiras turmas egressas da UFAL e na primeira gestão do COREN/AL

[...] Quer dizer, foi tudo, foi no sistema de ensino então, e não foi só no curso de enfermagem, foi pra tudo, foi para a medicina também. Quer dizer você tinha uma coisa, um pensamento alto, um sonho que não se tornaria realidade nunca, nós não tínhamos profissionais para dar suporte e nem tínhamos entidades, entidades para dar suporte a esse pessoal, onde esse pessoal ia estagiar? Aonde? Se nós não tínhamos. Entendeu? Quando começou a universidade foi dureza, para o pessoal de enfermagem, porque não tinha [...]. (D. Lenir)

Dona Anete Bento Viana, enfermeira também alagoana, formada na Escola de Enfermagem Anna Nery no estado do Rio de Janeiro, em 1961, participante juntamente com D. Isa e outras na reestruturação da Escola de Auxiliares do estado e da criação da ABEn/AL no decorrer da década de 1960, atuante no movimento de instalação do conselho, também destaca a mesma triangulação:

[...] E foi mais assim, a partir daí que a enfermagem começou a realmente ser conhecida porque eram esses 'gatos pingados'. Então não tinha tanta divulgação. As primeiras aulas da escola ainda foram lá na Escola de Auxiliar de Enfermagem, ainda utilizaram o laboratório para as práticas de Enfermagem, depois então foi que se instalou mesmo na universidade. [...] (D. Anete).

Desde 1963, ano da fundação da ABEn/Alagoas, como apontam pesquisas, foram empreendidas lutas pelo desenvolvimento da enfermagem no estado, principalmente no que se diz respeito ao desenvolvimento do ensino da profissão, legalização e fiscalização da mesma. A ABEn-AL encampou também, um movimento de sensibilização no que se refere à contratação de enfermeiros pelos hospitais que não tinham este profissional em seu quadro funcional, equiparação profissional e salarial aos demais profissionais de nível superior, validação do diploma para que o enfermeiro tivesse acesso por equivalência em cursos de medicina e odontologia, entre outras conquistas<sup>(26,27)</sup>.

Sobre essa autonomia pretendida como objetivo final dos órgãos normatizadores, Freidson esclarece que para o Estado ou para as empresas – a perda do controle sobre a organização do trabalho não ameaça o controle sobre o lado tecnológico e de conteúdo da profissão, aspectos decisivos da autonomia profissional, garantidos pelo reconhecimento de que somente os possuidores daquele tipo de conhecimento especializado são capazes de julgar e avaliar o poder profissional. Ela requer a capacidade de uma profissão controlar uma área do conhecimento, tendo o monopólio sobre o campo, sem depender de outras profissões para sua prática rotineira, a autonomia, portanto articula-se com outros aspectos que garantem sua perseverança<sup>(15)</sup>.

Diante disso, como não questionar, tendo as primeiras turmas ingressadas na UFAL a partir de março do ano de 1974, e já existindo algumas poucas enfermeiras atuantes no estado, como foi feito esse registro se ainda não existia o conselho Regional no estado? como manter coesa e organizada uma profissão que começava a se arquitetar sem ainda um ponto de apoio legal no seu estado? E uma vez instalado com a importância de garantir seu funcionamento permanente? D. Lenir discorre sobre a mesma questão na sua fala:

Sim, mas também não tinha (registro), mas o Conselho Federal também não estava. Então quando o Conselho Federal foi montado aí também começaram os regionais, agora o regional ficou naquela história de ser por região mesmo, em vez de cada estado ter o seu conselho, era regional, como tinham muitas profissionais você seria ligado a outros estados, tipo Recife, ou à Bahia, ou qualquer coisa assim, o que era o nosso receio, já que a gente começou como, de dentro do estado. Aí a gente, não, eu... nós lutamos bastante para que ele não fechasse aqui. (D. Lenir).

É pertinente e proposital destacar a fala de D. Lenir, que involuntariamente faz esse jogo com os pronomes no seu discurso, o que só faz refletir como na história elucidada nessa pesquisa os acontecimentos foram conduzidos por personagens em específicos, nesse caso, a professora aposentada em questão, que tomou para si a função de liderança no movimento pela organização da enfermagem alagoana, no recorte em estudo. Sobre a organização e movimentação para a

implantação do conselho, Dona Lenir ainda continua e cita mais alguns nomes, inclusive, reafirma a participação da ABEn nesse processo:

Quando houve essa posse, todo esse trabalho da Verônica<sup>1</sup> e da Alaíde<sup>1</sup>, junto com dona Isa<sup>1</sup>, quer dizer aquela turma da associação [ABEn]. Na verdade o conselho foi assim, essa turma que participava da ABEn, das reuniões da ABEn, aí fez aquela história, é tanto que, “quem quer ser presidente?”. “quem vem?”, “fulano vai ser o quê?”, aí disseram “você vai ser secretária”, quer dizer, não teve eleição, a primeira, contanto que colocasse o nome, porque a Verônica e a Alaíde precisavam montar o trabalho para poder encaminhar para o conselho federal e vir montarem o dia da posse. É por isso que foi a Cinira<sup>1</sup> que era presidente, eu a secretária e Violeta<sup>1</sup> a tesoureira, mas depois por questões pessoais, de alguma coisa, tanto com a família dela, que ela não estava assim se sentindo bem, e aí ela, a presidente, a Cinira deixou. Então quando ela deixou automaticamente eu passei a ser a presidente e Raquel, que era suplente, passou a ser a secretária. (D. Lenir)

Para iniciar os trabalhos dos conselhos regionais nos estados foi formada uma Junta Especial – JE tendo como cenário, mais uma vez, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas que já abrigava desde a sua criação, a ABEn/AL e conforme tem-se em registro no livro de posses do COREn/AL, no dia 14 de agosto de 1975, compareceram: a enfermeira Ivete Ferreira, vice-presidente em exercício da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Alagoas que fora delegada pela então presidente do COFEn Maria Rosa Pinheiro para empossar a Junta especial (JE) que iria conduzir a instalação e manutenção do COREn/AL até a posse da primeira gestão ainda no ano seguinte. Fizeram-se presentes ainda a enfermeira Alaíde Romeiro Pereira como coordenadora da JE, a enfermeira Verônica Delmiro Chaves como Assessora administrativa e a auxiliar de Enfermagem Zuleica Barbosa Silva como Assessora Econômico- Financeira.

A cerimônia de posse da então primeira gestão do Conselho de Alagoas, ocorreu no dia 30 de outubro de 1975, também na sede da Escola de Auxiliares do estado, pelas mãos de José de Barros de Albuquerque, delegado regional do trabalho de Alagoas, que foi delegado pela presidente da Autarquia federal para empossar por um mandato de três anos a partir dessa data, as enfermeiras Cinira Alves, Lenir Nunes e Maria Violeta Dantas, representantes do quadro I do Conselho recém-implantado, as auxiliares de enfermagem Maria Rita de Moraes e Zuleica Barbosa Silva no quadro II e III. Foram suplentes as enfermeiras: Dona Isabel Macintyre, Rachel Nunes, Yacy Lopes e as auxiliares Ednaura Marinho e Elizete dos Santos.

Os primeiros anos que sucederam a criação do COREn/AL, como era de se esperar, foram dedicados a organização e manutenção do seu funcionamento com o foco prioritário no registro das enfermeiras que começavam a se formar no estado bem como as que já atuavam aqui, enfrentando também problemas financeiros e de logística:

Então quando ele começou mesmo (o Conselho), que começaram a chegar material, precisava alugar um espaço. Foi na Rua Barão de Maceió, era aqui um prediozinho que tinha e nós alugamos aqui [...] Então a gente não podia entrar com o atendente, só podia entrar com o ... o conselho federal ter que estar assumindo o pagamento das coisas, porque a gente não tinha renda. Como era que a gente tinha renda? Porque não era anual o pagamento do conselho, quer dizer chegou ali no começo do ano a gente pagou e o restante do ano? De onde tirar que não tinha dinheiro? A gente tinha que pagar funcionário, tinha que pagar aluguel, tinha que pagar a luz, tinha que pagar, tinha material de consumo, tudo isso, não é? Quer dizer, aí vamos, solicita ao secretário José Bernardes a permissão dele, uma sala grande, que eram umas salas grandes de aula do ... hoje Centro Formador, que na época ainda Escola de Auxiliares, e aí nós nos mudamos para lá. (D. Lenir)

As principais medidas tomadas pelo órgão a partir da sua implantação foram condizentes com a realidade que o estado apresentava em relação à enfermagem: o incremento de enfermeiros no mercado de trabalho alagoano e a necessidade de registrá-los e organizá-los. Sobre essa necessidade de registro e quantificação dos profissionais atuantes Freidson já trazia que, antes de mais nada, trata-se de um monopólio econômico: a profissão controla o recrutamento, o treinamento e o credenciamento para poder regular diretamente o número de praticantes disponível para satisfazer a demanda<sup>(14)</sup>.

1 Membros e participantes da comissão de sócias fundadoras da Aben – AL em 1963 (SILVA, 2015; ALELUIA, 2005)

Essa movimentação perpassou o movimento de instalação até os primeiros anos da gestão recém eleita, prova disso, encontra-se na fala de D. Heliana, enfermeira nascida no Amazonas, mas que se formou em Pernambuco em 1976, chegando em Alagoas por volta de 1977 para compor as bases do corpo docente do curso da UFAL e desde então manteve proximidade de D. Lenir, tendo participado da movimentação da primeira gestão do COREn/AL, que mesmo “de fora” consegue perceber como se deu o funcionamento do mesmo naquele momento:

O foco maior do COREn, na época era pelo registro, nem tanto a fiscalização no sentido da prática de Enfermagem e as condições de trabalho tanto, e sim era tanto porque, pra colocar todo mundo na legalidade e tanto porque o COREn precisava pra se estruturar, precisava que as pessoas se inscrevessem. (D. Heliana)

Dona Anete reafirma tal atuação, salienta as primeiras ações e o desenvolvimento da primeira gestão:

Era mais uma parte administrativa, era mais uma parte de registro das colegas que foram chegando ao Estado pra agrupar mais esse pessoal, pra dar apoio e suporte pra elas que chegavam [...] (D. Anete). Bom, o pensamento era exatamente isso, era regulamentar a profissão, era quando as Casas de Saúde quando não tinha enfermeira a gente ia aconselhar a trazer enfermeiras de fora, que a gente ainda não tinha o suficiente da Escola pra ficarem aqui, depois é que com a Escola já foi suprindo as lacunas e era essa questão, era organizar a Enfermagem no Estado. (D. Anete).

É pertinente enfatizar que nos primeiros momentos de funcionamento do COREn/AL, não é possível descrever ações no que se diz respeito a parte de normatização, pois conforme salientado nesse e nos demais estudos, ainda não se conhecia a “cara” da enfermagem do estado. Dona Anete continuou encabeçando o trabalho que já havia iniciado no contexto da criação da ABEn/AL conforme a mesma relembra:

Bom, o pensamento era exatamente isso, era regulamentar a profissão, era quando as Casas de Saúde quando não tinha enfermeira, a gente ia aconselhar a trazer enfermeiras de fora, que a gente ainda não tinha o suficiente da Escola pra ficarem aqui, depois é que com a Escola já foi suprindo as lacunas e era essa questão, era organizar a Enfermagem no Estado. (D. Anete).

Teve um trabalho que a gente fez pra fazer levantamento de todas as instituições de Saúde da Capital, porque a gente ainda não agia no interior, era mais na capital. Então a gente começou a querer conhecer a fundo as instituições e cada enfermeira ficou com uma Casa de Saúde, como um Hospital pra visitar. Pra conhecer os serviços, número de leitos, número de funcionários. (D. Anete)

Devido a destruição dos livros de atas da época, perdeu-se muitas das outras ações secundárias que fugiram do alcance das entrevistadas. A partir de poucos prontuários de registros encontrados na sede atual do conselho, verificou-se o registro ainda no primeiro ano da gestão eleita, das pioneiras membros da primeira diretoria do mesmo.

Considerando-se que a tarefa mais urgente naquele momento era garantir tal organização, era imperiosa a necessidade de conhecer os profissionais atuantes, pois a profissão se organiza em torno de atividades e corpo teórico próprio (expertise/perícia esotérica), garantida por credenciais (ensino, normas regulamentadoras) que qualificam o trabalho e proporcionam autonomia profissional, a fim de preencher os requisitos descritos por Friedson a saber: “Uma profissão requer órgãos representativos, educação específica e formal, conhecimentos e práticas sistematizadas e prática orientada por preceitos éticos reconhecidos pelo Estado e pela sociedade.”<sup>9(12)</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

COREn/AL foi instalado em meio a uma sociedade alagoana que pouco conhecia da atuação da enfermagem e que durante mais de 20 anos a formação profissional estava ligada diretamente a EAEA e atuação de atendentes e parteiras. Com a criação da ABEn/AL em 1963, a luta pela

criação de um curso de formação superior e pela instalação de um órgão normatizador da profissão intensificaram-se, tendo como agentes as enfermeiras pioneiras no estado que se destacaram desde a atuação na EAEA, passando pelo movimento de criação da associação, estruturação do curso na UFAL e posteriormente, a instalação do conselho.

É lamentável, no entanto, constatar que boa parte da história desse órgão, tão importante para a construção da identidade da enfermagem alagoana, foi perdida pela ação humana, que deliberadamente destruiu fontes que ajudariam a remontar de forma mais ampla esse evento histórico da enfermagem alagoana. No entanto, a partir da memória das envolvidas que se permitiram contactar e ser ouvidas, ajudaram a remontar o quebra cabeças de acontecimentos e movimentações que permitiram que Alagoas instalasse o COREN/AL.

O mais evidente daquele momento, foi que antes do órgão adquirir seu caráter normatizador e fiscalizador o desejo de caracterizar o corpo de profissionais que atuavam no estado foi ganhando volume e uma necessidade cada vez mais evidente desde a criação da ABEn/AL e nos momentos que sucederam a instalação do conselho de se mapear quem estava atuando na enfermagem alagoana e assim poder ser registrado no conselho recém criado.

Ao contrário de outras pesquisas referentes a instituições representativas e/ou organizativas das profissões, onde como resultado final sempre é esperado uma lista de ações elaboradas e executadas pelas mesmas, o estudo aqui realizado teve como “produto final” dados diferenciados, pois a maior ação do COREn/AL naquele primeiro momento, foi configurar sua identidade, reconhecer os profissionais que iriam fazer parte dele, garantir que seus primeiros membros estivessem registrados, correspondendo os levantamentos já difundidos pelo referencial teórico utilizado no estudo, onde, para Freidson, uma profissão para se configurar de fato como tal, necessita de um conhecimento específico que a embase e de órgãos que a representem e regularizem, justificando por si só a existência dos conselhos profissionais, como uma forma de autoafirmação das profissões.

É perceptível ainda, que uma agente em especial teve grande importância e foi, sem margem a dúvidas, a grande mobilizadora para a instalação do COREn/AL; a figura de D. Lenir aparece presente em todos os espaços sociais, que intercalados, serviram de cenário e campo para o evento em estudo. O trabalho de D. Lenir e demais enfermeiras possibilitou, em 1975, a instalação da Junta Provisória e, posteriormente a primeira gestão do COREN-AL que dedicou seus primeiros anos de funcionamento para organização e registro dos profissionais de enfermagem no estado, no intuito de criar um sentimento de pertença e legalização das condutas estabelecidas na prática de Enfermagem em Alagoas naquele momento.

## REFERÊNCIAS

1. Santos TCF, Barreira IA, Gomes MLB, Baptista SS, Peres MAA, Almeida FILHO AJ. A memória, o controle das lembranças e a pesquisa em história da Enfermagem. *Esc Anna Nery*. 2011. 15 (3).
2. Padilha MICS, Mirian MB. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto contexto - enferm*. [Internet]. 2005 ; 14( 4 ): 575-584.
3. Alencar ACR. O controle exercido sobre os conselhos de fiscalização do Exercício profissional. Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel perante a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2013.
4. BRASIL. Lei no 5.905. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. 12 de julho de 1973.
5. Burke P. Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem: Legislação e Assuntos Correlatos*. 3ª Ed. Vol. III. Rio de Janeiro: 1974.
7. Alberti V. *Manual de história oral*. – 3. Ed. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.
8. Macêdo AC, Santos RM, Santos JFE, Franco TC, Costa LMC. Contribuições da história oral à história da enfermagem brasileira: a voz por trás dos acontecimentos. *2011eletronica*. 2013. 4(2).

9. Certeau M. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
10. Barros JA. O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editoria Vozes, 2007.
11. Pereira NA. Eliot Freidson: progression and constraints in the biography of an intellectual. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro,16(4)
12. Freison, E. La profesión médica: um estudio de sociologia del conocimiento aplicado. Barcelona: Península, 1978.
13. Maurique JA Conselhos: controle profissional, processo administrativo e judicial. In: MAURIQUE, J. A. et al. Conselhos de fiscalização profissional: doutrina e jurisprudência. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
14. Freidson, E. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. Tradução de Celso Mauro Parcionik. São Paulo: Edusp, 1998.
15. Fausto B. História do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação. 15ª edição, 2013.
16. Santos RM, Lira YCMS, Nascimento RF. O Navio Hope: um novo encontro entre a Enfermagem Brasileira e a Norte-Americana. Maceió: Edufal. 2009
17. Cabral LAP. Economia política do desenvolvimento Maceió. 2009 set/dez. 1(6). 49-81.
18. Bellaguarda MLR. Nexos e circunstâncias na história do Conselho Regional de Enfermagem em Santa Catarina (1975 – 1986). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. 303p, 2013.
19. Gomes MLB, Santos TCF. Construindo a identidade sindical das enfermeiras no rio de janeiro (1978-1984) Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):488-97
20. Carvalho, MA. Associação Brasileira de Enfermagem 1926 -1976. Documentário. Brasília: ABEn, 2012.
21. Mancia J, Padilha MI, Ramos FRS. Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). In: \_Enfermagem história de uma profissão. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora. 2011.
22. Oguisso T. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. R. Bras. Enferm. Brasília. abr./jun.2001 53(4). 197 -207
23. Livro Atas de Posses COREn/AL, 1975.
24. Brasil. ALAGOAS. Secretaria de Planejamento. Fundação Instituto de Planejamento. Perfil Sócio Econômico do Estado de Alagoas. Maceió. Indústria Gráfica Alagoana. 1987
25. Silva NAR, Santos RM, Macedo AC, Costa LMC; Santos JFE. A luta pela organização civil da enfermagem alagoana: a criação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Alagoas. 1962-1965. HistenfermReveletronica [Internet]. 2015.6(1) 21-36.
26. Almeida LMWS, Bastos MLA, Costa TJG, Monteiro VGN. A trajetória da ABEn - Alagoas. Rev-BrasEnferm [Online]. 54 (2). 268-270. 2001.
27. Costa LMC. Tecitura da Identidade Profissional da primeira turma do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal de Alagoas: contribuição do corpo docente – 1973/1977. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Maceió: UFAL/ESENFAR. 2012. 105f